

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **REQUERIMENTO Nº , DE 2019 (Do Sr. FELIX MENDONÇA JUNIOR)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a Burocracia na Pesquisa de Ciência e Inovação.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir Burocracia na Pesquisa de Ciência e Inovação, com ênfase na a atuação dos órgãos de controle e a burocracia do Estado brasileiro no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro", com a participação dos seguintes convidados:

- Ildeu de Castro Moreira - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Fernando Peregrino – Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES);
- Reinaldo Centoducatte – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes)
- Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira - Procurador Federal (Advocacia-Geral da União),.Procurador-Geral da Universidade Federal da Paraíba e Coordenador do Fórum de Educação da Procuradoria-Geral Federal/AGU.
- Antônio Carlos Bezerra Leonel – Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU);
- Alfredo Renault – Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – SPD/Superintendente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

- Antônio Carlos de Carvalho - Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem (CENABIO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

## JUSTIFICAÇÃO

No momento em que Governo Central anuncia medidas e reafirma a necessidade de aprofundar a desburocratizar a economia brasileira, a discussão proposta ganha atualidade e urgência para alavancarmos o desenvolvimento nacional brasileiro.

Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e pelo Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa (Confies) mostra que, por causa da burocracia governamental, os cientistas brasileiros dedicam, em média, 35% do tempo de estudo com a gestão administrativa de seus projetos. Segundo o levantamento, a burocracia é tão excessiva que, em determinadas áreas, a demora na aquisição de insumos básicos acaba inviabilizando a execução dos projetos.

Dentre 70% dos cientistas ouvidos pelo levantamento do MCTIC e Confies, lembraram que, nos últimos anos, a quantidade de formulários exigidos para concessão de apoio financeiro a cada projeto aumentou 63%. Esse aumento colide com os objetivos da Emenda Constitucional n.º 85. Aprovada em fevereiro de 2015, ela determina que a pesquisa e a inovação tecnológica recebam “tratamento prioritário nas diversas esferas de governo”. Também prevê que a União, os Estados e os municípios atuem em regime de colaboração para implementar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). E introduz critérios mais flexíveis para remanejamento de recursos no desenvolvimento das pesquisas. Segundo o levantamento, 64% dos projetos em andamento têm financiamento público.

Como é necessário que Brasil invista montantes maiores e crescentes em desenvolvimento científico e tecnológico para voltar a crescer e ganhar competitividade no comércio internacional, é preciso modernizar a gestão administrativa e o sistema de controle do Estado brasileiro como uma condição necessária para que a nação tenha uma trajetória de desenvolvimento sócio econômico em níveis aceitáveis para a promoção da geração de emprego e incremento da renda.

Considerando, pois, a relevância e atualidade da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de            de            2019.

Deputado FELIX MENDONÇA JUNIOR  
PDT/BA